

## **CO-GESTÃO, AUTO-GESTÃO E DEMOCRACIA**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Movimento*, 24 a 30.03.1980

A co-gestão entrou para a ordem do dia a partir do momento em que não apenas os partidos da oposição, comprometidos de alguma forma com uma proposta socialista, a incluíram em seus programas, mas também quando o autoritário e conservador partido do Governo fez o mesmo. A falsidade ideológica deste último fato, que lembra os piores momentos do populismo, é realmente patente. Um governo, que nega a liberdade de greve, que tutela a organização sindical, que se opõe ao delegado sindical, precisa muita falta de senso crítico para colocar no programa de seu partido a co-gestão.

O importante a assinalar, entretanto, não é essa incoerência, mas o próprio vazio ideológico das velhas classes dominantes, que esse partido representa. O latifúndio, o capital mercantil especulativo, a grande burguesia dependente dos favores do Governo, os setores da tecnoburocracia estatal que se desgastaram em dezesseis anos de governo nada têm a oferecer. Mas precisam do poder do Estado, e para mantê-lo estão dispostos a estes contorcionismos ideológicos. Precisam do poder do Estado especialmente porque sentem que suas bases políticas estão debandando: as camadas médias há muito optaram pelo MDB, a burguesia produtiva opta agora pelo PPD.

De qualquer forma, a presença da co-gestão no programa do PD ou Arenão tem um mérito. Reaviva o interesse por um ponto essencial na transição do capitalismo para o socialismo democrático. As primeiras experiências socialistas revelaram-se autoritárias porque centralizaram o poder econômico e político nas mãos do Estado. Esse fato foi tornando cada vez mais claro que a alternativa democrática para o socialismo passa pela co-gestão, como meio de chegarmos à descentralização econômica e à auto-gestão em todos os níveis da sociedade.

A base do discurso burguês contra a intervenção do Estado na economia é a afirmação de que um estado economicamente forte é incompatível com a democracia. Um Estado que detém de forma centralizada o controle dos meios de produção assumiria tal soma de poder econômico que a consequência seria necessariamente o autoritarismo no plano político. O caráter ideológico desta proposição é óbvio, na medida em que assim a burguesia pretende legitimar a propriedade privada dos meios de produção. A posição dos socialistas libertários do anarquismo, portanto, é, entretanto semelhante. Também para eles o fortalecimento do Estado implica na burocratização da sociedade. Apenas sua conclusão é diversa. Ao invés de proporem a manutenção da propriedade privada dos meios de produção, sustentam a necessidade da descentralização econômica e da auto-gestão. Finalmente os próprios socialistas marxistas-leninistas possuem uma retórica anti-estatal semelhante. Apenas consideram que o controle do Estado deverá ocorrer no período de transição para o socialismo. Na verdade, porém, na medida em que em amplos setores o marxismo-leninismo passou simplesmente a encobrir a ideologia tecnoburocrática do estatismo, seu anti-estatismo transformo –use em mera retórica. Dentro do marxismo, entretanto, existe uma forte tendência atual para romper com o estatismo tecnoburocrático, que teve em Stalin seu sacerdote, ou com o próprio autoritarismo revolucionário leninista, e adotar as teses anti-estatizantes, em nome da auto-gestão e da descentralização econômica, em que se devolva ao mercado e à concorrência entre empresas auto-gestionadas uma parte maior do controle da economia.

Para a democracia, realmente, o problema fundamental é o equilíbrio de forças. Não é possível haver democracia se há uma concentração de poderes em um setor ou em uma determinada classe da sociedade. Se democracia significa liberdade e igualdade de oportunidade de participação no poder e na divisão do excedente econômico, é óbvio que esses objetivos são incompatíveis com a formação de uma estrutura econômica em que todo o poder se concentre na organização burocrática estatal. Mesmo que definamos democracia mais restritamente, como prefere a burguesia, limitando-a ao conceito de liberdade, é claro que esta liberdade estará permanentemente ameaçada, apesar de todas as precauções de ordem política que possam ser tomadas, se todos ou na maioria dos meios de produção estiverem sob o comando de uma tecnoburocracia estatal. Por outro lado, nos quadros do capitalismo também a democracia se torna algo de muito relativo ou

limitado na medida em que os meios de produção se concentram nas mãos de uma classe que representa uma parcela limitada da população: a burguesia.

Esta constatação parte do pressuposto que o controle dos meios de produção e, mais genericamente, do sistema econômico, é uma fonte básica de poder em qualquer sociedade. Não é a única fonte de poder, e a longo prazo, poderíamos prever que sua importância diminua, na medida em que a participação política direta dos trabalhadores aumente. Mas os controles políticos diretos- constituição, pluripartidarismo, liberdade de imprensa e de opinião, sistema eleitoral representativo, opinião pública – dificilmente conseguirão se sobrepor ao controle centralizado da economia pelo Estado.

A estratégia burguesa, definida no século XVIII, para garantir a democracia, baseava-se na divisão do Estado em três poderes, e na oposição entre a sociedade civil, detentora dos meios de produção, e o Estado, detentor dos meios de coerção política. Esta estratégia estava correta, na medida em que partia do pressuposto da necessidade de equilíbrio de poderes. Era, entretanto obviamente insuficiente, na medida em que excluía os trabalhadores dessa divisão de poderes. Aos trabalhadores restava apenas o direito formal à participação política. A igualdade era sacrificada em nome da acumulação capitalista. A democracia, apesar de toda a luta dos trabalhadores por uma participação mais efetiva ficava pela metade.

Esta estratégia do Estado liberal estava baseada em alguns pressupostos: pequenas e médias empresas competitivas, trabalhadores não organizados, Estado economicamente fraco. Entrou em colapso seja porque não atendeu aos trabalhadores, que se organizaram sindical e politicamente, seja porque as empresas cresceram e se oligopolizaram, seja porque o sistema econômico de mercado não conseguiu ser suficientemente dinâmico para atender ao imperativo do desenvolvimento.

Em face ao surgimento dos regimes estatais, porém, a burguesia retomou sua argumentação ideológica, pretendendo ver, especialmente na experiência soviética, a prova da incompatibilidade da democracia não apenas com um Estado economicamente forte, mas mais genericamente com o socialismo. Pretendeu assim ressucitar a legitimidade do capitalismo apesar de todos os percalços por que passou nestes dois

séculos: as desigualdades econômicas profundas, o imperialismo, as guerras, o recurso aos regimes autoritários de tipo fascista sempre que fosse ameaçada a acumulação privada, o controle crescente dos monopólios.

A experiência soviética claramente não é um argumento contra o socialismo, já que este modo de produção não é dominante naquele país. A União Soviética é uma formação social predominantemente estatal ou tecnoburocrática, embora nela estejam presentes alguns traços de socialismo. A propriedade dos meios de produção pertence coletivamente à classe tecnoburocrática, que controla a organização burocrática estatal.

Para que a democracia se instaure, porém, parece certo que nem o Estado economicamente fraco e a burguesia forte do Estado liberal, nem o Estado economicamente forte controlado pela tecnoburocracia do estatismo, nem o Estado economicamente forte e as grandes empresas monopolistas do capitalismo monopolista de Estado são adequados. Também é inútil imaginar a volta às pequenas unidades de produção. A tese do “small is beautiful” é bonita mas estritamente utópica no quadro do desenvolvimento atual das forças produtivas. As economias de escala e as vantagens da coordenação econômica centralizada podem não justificar gigantes empresariais ou estatais, mas são incompatíveis com o domínio das pequenas e bucólicas empresas dos nossos sonhos.

A única alternativa democrática real, que escapa aos perigos do estatismo e das desigualdades econômicas, é o socialismo auto-gestionário. Neste socialismo o princípio do equilíbrio de poderes não é parcial como no capitalismo ou o estatismo, mas pleno. O Estado não desaparece, mas reduz sua intervenção direta no aparelho econômico e descentraliza-se. As empresas, as escolas, os jornais organizam-se sob diversas formas de instituições auto-gestionadas, sob o controle político do Estado. Todos os controles políticos democráticos sobre o Estado são rigorosamente mantidos e ampliados, ao mesmo tempo em que se assegura um amplo grau de igualdade econômica.

Até hoje a democracia auto-gestionária tem sido uma proposta utópica, na medida em que os trabalhadores não estão preparados para auto-gerir suas empresas. Podemos, no entanto, imaginar que essa dificuldade esteja aos poucos sendo superada. A

administração das grandes organizações burocráticas é ainda um conhecimento técnico especializado, monopólio de um grupo relativamente pequeno de empresários capitalistas e de tecnoburocratas. Mas é óbvio que esse monopólio está se reduzindo, a medida que os conhecimentos organizacionais e administrativos se difundem nas sociedades modernas.

A transição para o socialismo auto-gestionário será necessariamente revolucionária, mas terá que ser democrática e gradual. A tentativa de apressar a história através da ditadura do proletariado leva às distorções do estatismo. Mas isto não significa que esta transição deva ser lenta. Nem que, primeiro, deva-se preparar os trabalhadores e só depois, caminhar no sentido da auto-gestão. O processo terá que começar desde já. Deverá passar certamente pelo caminho da co-gestão, tanto entre as empresas estatais quanto as privadas. Deverá partir do pressuposto dialético de que só a participação dos trabalhadores nas empresas, através de formulas de co-gestão, permitira o crescimento da sua capacidade auto-gestionária.

Deverá pressupor um amplo processo de descentralização política e de participação dos cidadãos ao nível de bairro, do distrito, do município, sem prejuízo dos empreendimentos de âmbito nacional necessários.

A grande indagação é saber qual a compatibilidade do socialismo auto-gestionário com o imperativo do desenvolvimento. Na China a proposta da Revolução Cultural, que possuía fortes elementos libertários, acabou sendo abandonada no momento em que se revelou relativamente incompatível com um desenvolvimento acelerado. Na medida em que este desenvolvimento depender da elevação da taxa de acumulação de meios de produção, realmente não será fácil realizar essa compatibilização. O principal motivo pelo qual o Estado se transformou no agente por excelência do desenvolvimento econômico não é a sua maior capacidade de impor racionalidade ao sistema econômico, mas a sua capacidade de promover a poupança forçada. Ora é difícil obter poupança forçada e o conseqüente aumento das taxas de acumulação sem o recurso a um Estado autoritário.

No momento, entretanto, em que a elevação da taxa de acumulação de meios de produção não for mais necessária para se acelerarem as taxas de crescimento econômico, seja porque já se alcançou um índice satisfatório de crescimento da produtividade do trabalho,

seja porque a incorporação de progresso técnico garantiu uma maior produtividade para os meios de produção em atividade, nesse momento o socialismo auto-gestionário começará a ter bases na realidade. Muitos países já alcançaram esta fase, principalmente os mais desenvolvidos. Mas o próprio Brasil já alcançou ou está próximo de alcançar níveis de acumulação de capital que lhe permitam continuar a crescer e a incorporar progresso técnico sem o recurso permanente a técnicas autoritárias de promover poupança forçada. Nesse sentido, a aceleração contínua do progresso técnico, permitindo a introdução de tecnologia cada vez mais poupadora de capital, somada à luta de classes, ou seja, à luta dos trabalhadores pela democracia e pelo socialismo, são a garantia de que esses objetivos estão deixando de ser utópicos. Dizia Marx que o homem não se coloca historicamente objetivos que não tenha um mínimo de condições de vir a realizar. As condições para socialismo auto-gestionário e conseqüentemente para a democracia começam a se definir neste último quartel do século XX. (Movimento, 24 a 30/03/80)